

Pronunciamento Carlos Neder antes da votação

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, inicialmente quero cumprimentar o presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, Joaquim Adelino, que está presente acompanhando esta sessão. Esta é uma Associação que reúne os pesquisadores em diferentes regiões administrativas do Estado, dialogando com vários institutos de pesquisas e as secretarias às quais são vinculados. É muito importante a presença do presidente da APqC na medida em que esta Associação, reunindo os pesquisadores e dialogando com o pessoal de apoio às pesquisas, elaborou inúmeros estudos, mostrando, área por área, as consequências das vendas que se pretende levar adiante com autorização legislativa.

Não sei se os 94 deputados tiveram a preocupação de ler os documentos trazidos à Assembleia Legislativa pela Associação dos Pesquisadores Científicos. Foram pesquisadores que se reuniram em cada uma das áreas para elaborar documentos consistentes e mostram pesquisas em andamento, as consequências que haverá se ocorrer a venda desse patrimônio e a interrupção de pesquisas que são diretamente vinculadas ao território. Portanto, que não é cabível pensar a transferência de determinada pesquisa para outra área na medida em que ela já se encontra em andamento e está condicionada pelas características da área em que vem sendo desenvolvida.

Aqui foi dito que os institutos de pesquisa estão em petição de miséria. Mas nós nos perguntamos: quem governa o estado de São Paulo há tantos anos? Por quais razões não foram realizados concursos públicos? Por que não há remuneração condigna para os pesquisadores e pessoal de apoio? Por que não há a reposição dos cargos vagos? Por que não houve investimento na aquisição de equipamentos, na garantia de condições adequadas de pesquisas para que a comunidade pudesse compreender melhor o papel desses institutos de pesquisa? E se hoje eles estão aquém da expectativa que temos do ponto de vista do desenvolvimento do estado de São Paulo é exatamente porque o governo do PSDB não investiu na modernização desses institutos, não acreditou no seu corpo técnico, não valorizou pesquisadores e profissionais com pós-graduação, com enorme capacidade de diálogo com as universidades públicas estaduais e federais existentes no estado de São Paulo.

Entretanto, usando o argumento de que eles estão defasados, obsoletos, sem pessoal, sem recurso financeiro, dialogando pouco com a comunidade, produzindo pesquisas que não têm impacto do ponto de vista do desenvolvimento econômico que o atual governo propõe para São Paulo, não fazem autocrítica e não reconhecem que tudo isso decorre de uma ação deliberada do governo de Geraldo Alckmin, dos governos do PSDB que o antecederam e dos partidos que dão sustentação política a esses governos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Hélio Nishimoto.

* * *

Inclusive, utilizam as secretarias, como é o caso da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para fazer política partidária em torno de projetos de candidaturas e, é preciso dizer, ao longo desses anos todos favorecendo o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, da educação ambiental e da produção de políticas para produção que levem em conta a experiência e venham em benefício de pequenos e médios agricultores.

Vejam que interessante. Nós dissemos que tão importante quanto saber quais seriam os imóveis que seriam mantidos no projeto de lei seria entendermos o porquê da supressão de alguns. Eu perguntei então ao líder do Governo se, de fato, essa era a intenção do

Governo, ao retirar de três áreas mencionadas em Jundiaí apenas uma. Nessa área o que temos? Temos a Cetesb e o Corpo de Bombeiros. Entretanto, poderiam ter suprimido outra área, onde está, por exemplo, instalado o CEA, em uma área extremamente importante do ponto de vista do desenvolvimento de tecnologias e de pesquisas que podem favorecer a educação ambiental para a sustentabilidade, a produção de políticas voltadas à preservação do meio ambiente e ao incentivo à agricultura familiar.

Qual foi, então, o critério para suprimir uma área, provavelmente a pedido de algum deputado que tem base eleitoral ou que tem vínculo com essas duas unidades, que são a Cetesb e o Corpo de Bombeiros, e manter como passível de venda uma área tão importante como a citada? Não se diga que nós não fomos alertados a esse respeito. Em documento trazido à Assembleia Legislativa pela APqC e também pelo pesquisador científico Marco Antônio Teixeira Zullo no início desse ano, nós já éramos alertados de que o Centro de Engenharia e Automação, localizado em uma área nobre de Jundiaí é altamente produtivo e está instalado em uma área urbana objeto de fortes interesses econômicos relacionados à especulação imobiliária.

O nosso colega deputado Luis Fernando Machado, recém-eleito prefeito de Jundiaí, assumiu compromissos com os pesquisadores, de que esse tipo de área não seria objeto de venda, de alienação. Onde se encontra o nosso colega, deputado do PSDB eleito prefeito de Jundiaí? Segundo fui informado, está nos Estados Unidos da América. Era momento de ele estar aqui conosco, dialogando e explicando porque, ao invés de honrar compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, está abrindo mão de um equipamento tão importante como o CEA, Centro de Engenharia e Automação, para, em troca disso, permitir a manutenção, sob responsabilidade do Poder Público, de uma área muito menos importante pensando em termos de desenvolvimento de pesquisas, como é o caso da área onde se encontra a Cetesb e um órgão vinculado à Polícia Militar.

São questões desse tipo que deverão ser acompanhadas pela APqC. Eu faço um apelo ao presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos, faço um apelo à sua diretoria, faço um apelo a todos os pesquisadores científicos para que acompanhem em cada região administrativa, município por município, quais serão os grupos econômicos que se beneficiarão da venda desse patrimônio que deverá obrigatoriamente ser precedida de audiência pública no momento da alienação de cada um desses bens.

É preciso que a Assembleia Legislativa de São Paulo explique para a opinião pública por que não aceitou o roteiro de votação proposto pelo partido irmão, que é o PSOL. O deputado Carlos Giannazi, líder da bancada do PSOL, propôs um roteiro de votação que obrigava a uma votação em separado do Artigo nº 11, exatamente o artigo em que a Assembleia Legislativa dá um cheque em branco para o Poder Executivo, de tal forma a ele poder alienar, vender, patrimônios abaixo de cinco mil metros quadrados sem que haja a necessidade do envio de novos projetos de lei.

É necessário alertar que, da mesma maneira que o governador resolveu encaminhar todas essas áreas para alienação dentro de um único projeto de lei, ele agora vem solicitando a retirada de projetos de lei na Assembleia Legislativa, pedindo para que a bancada de oposição não faça verificação de votação de cada um desses projetos.

Entretanto, o que acontece? Segundo a nossa norma interna, que rege o funcionamento da Assembleia Legislativa, cada projeto a ser retirado pelo governador deve ser objeto de discussão e de decisão do parlamento estadual.

Por que razão devemos abrir mão de mais essa prerrogativa do parlamento, aceitando a retirada de dezenas e dezenas de pedidos de alienação de bens, feitos individualmente pelos governos anteriores do PSDB, sem sequer discutir a sua motivação, porque foram encaminhados anteriormente. Por que não fazermos a verificação de votação dos pedidos de retirada de projetos de alienação de bens, como tem acontecido mais recentemente?

Assim, da mesma forma que estamos exercendo nosso direito de oposição, de modo a alertar a população de São Paulo em relação aos interesses envolvidos na venda desse patrimônio, que é do povo paulista, e não dos partidos que ocupam hoje o governo do estado de São Paulo, devemos discutir também o que está por trás da retirada de algumas dessas áreas e por que o pleito da Associação dos Pesquisadores Científicos não foi observada quando da elaboração dessa proposta de emenda aglutinativa.

Em especial, quero perguntar para os deputados que vão votar a favor deste projeto por que não incluíram em sua proposta a retirada de áreas estratégicas, tais como as de Jundiá, Nova Odessa, Pindamonhangaba, Itapetininga e Itapeva, apenas para citar essas, que foram muito bem fundamentadas em documentos técnicos.

Sr. Presidente, aqui estão documentos trazidos pela Associação dos Pesquisadores Científicos. São documentos técnicos, científicos, que merecem constar nos Anais desta Casa.

Eu peço a V. Exa. - seja como parte deste pronunciamento ou posteriormente, encaminhando mediante ofício - que toda esta documentação seja anexada aos autos do projeto, de maneira que amanhã não se diga que nós não fomos previamente alertados dos riscos e dos interesses, daquilo que será identificado mais tarde pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pela imprensa no estado de São Paulo.

Muito obrigado.